

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 04-12-2017.

---

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às nove horas e cinquenta e sete minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra, Thiago Braga e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 263/17 (Processo nº 2408/17), de autoria de Adeli Sell; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 313 e 314/17 (Processos nºs 2853 e 2854/17, respectivamente), de autoria de Dr. Thiago; o Projeto de Lei do Legislativo nº 285/17 (Processo nº 2616/17), de autoria de Valter Nagelstein. Também, foi apregoado o Memorando nº 019/17, de Cassio Trogildo, Presidente, informando que Paulo Brum representaria externamente este Legislativo, no dia quatro de dezembro do corrente, na cerimônia de abertura da ação “Dia Internacional das Pessoas com Deficiência em Evidência”, às dez horas, na Praça Montevideú, em Porto Alegre. A seguir, o Presidente declarou Thiago Braga empossado na vereança, do dia quatro ao dia seis de dezembro do corrente, em substituição a Adeli Sell, após a entrega de seu Diploma e Declaração de Bens, bem como a prestação do compromisso legal e indicação do nome parlamentar, informando-lhe que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Na ocasião, foram apregoadas Declarações de Impedimento assinadas por Sofia Cavedon, Líder da Bancada do PT, comunicando que Engº Comassetto, Leonel Guterres Radde, Ariane Chagas Leitão, Laura Sito, José Dorley dos Santos, Margarete Moraes e Baba Diba de Iyemonja declaram-se impedidos de assumir a vereança do dia quatro ao dia seis de dezembro do corrente. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento, a Thiago Braga. Em Votação, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 024/17 (Processo nº 2745/17). Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, por quatorze votos SIM e quinze votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Fernanda Melchionna, Sofia Cavedon, Márcio Bins Ely, João Carlos Nedel, Felipe Camozzato, Valter Nagelstein e Tarciso Flecha Negra, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, André Carús, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Thiago Braga e Não Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cassio Trogildo, Dr. Goulart, Felipe

Camozzato, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, por onze votos SIM e dezoito votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Sofia Cavedon, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Cláudio Janta, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Thiago Braga e Não Aírto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 06 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, por onze votos SIM e dezessete votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Thiago Braga e Não Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulo Brum, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Tarciso Flecha Negra. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 07 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, por dez votos SIM e dezessete votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Thiago Braga e Não Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 09 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, por nove votos SIM e dezenove votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Thiago Braga e Não Aírto Ferronato, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 11 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, por onze votos SIM e dezessete votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Sofia Cavedon e Aírto Ferronato, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Paulinho Motorista, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Thiago Braga e Não Alvoni Medina, André Carús, Cassiá

Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, José Freitas, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 16 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, por vinte e cinco votos SIM e cinco votos NÃO, após ser encaminhada à votação por André Carús, Moisés Maluco do Bem, Comandante Nádia, Airto Ferronato, Roberto Robaina, Felipe Camozzato, Dr. Thiago, José Freitas, João Carlos Nedel, Professor Wambert, Sofia Cavedon, Mauro Zacher e Cláudio Janta, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Thiago Braga e Não Dr. Goulart, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Moisés Maluco do Bem e Reginaldo Pujol. Foi votada destacadamente e aprovada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 16 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, por vinte e seis votos SIM e quatro votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cláudio Janta, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, José Freitas, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra, Thiago Braga e Valter Nagelstein e Não Dr. Goulart, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio e Moisés Maluco do Bem. Durante a Sessão, foram registradas as presenças de Gilberto Kemer, Presidente da Associação de Cegos do Rio Grande do Sul, e de Kevin Krieger, ex-vereador deste Legislativo. Às doze horas e vinte e três minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Cláudio Janta e Valter Nagelstein e secretariados por João Carlos Nedel e Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Havendo quórum, passamos à

### **ORDEM DO DIA**

O Suplente Thiago Gonçalves Braga de Quadros, em função da impossibilidade de os Suplentes Engº Comassetto, Leonel Guterres Radde, Ariane Chagas Leitão, Laura Sito, José Dorley dos Santos, Margarete Moraes, Baba Diba de Iyemonja assumirem a Vereança, assumirá no lugar do Ver. Adeli Sell que está em Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 04 a 06 de dezembro de

2017. Solicito ao Suplente Thiago Gonçalves Braga de Quadros que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que o Suplente Thiago Gonçalves Braga de Quadros prestará a seguir.

**O SR. THIAGO GONÇALVES BRAGA DE QUADROS:** "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Declaro empossado o Ver. Thiago Gonçalves Braga de Quadros. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Thiago Braga, V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

O Ver. Thiago Braga está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

**O SR. THIAGO BRAGA:** Bom dia a todos presentes neste plenário, quero dizer que quis muito estar aqui como Vereador da cidade de Porto Alegre para poder, junto com esta Câmara, enfrentar os nossos grandes temas.

Tive companheiros valorosos ao meu lado na campanha, dos quais muito me orgulho, como o meu amigo Gustavo Bernardes, Paulo de Tarso, a Mari, o Leandro, o Bernardo, a Dra. Rejana, o Dr. Werner Becker, meu amigo, o Fernando, o Tiago, mais pessoas que eu poderia citar aqui. Nós propusemos à Cidade uma discussão sobre a capacidade de enfrentar os problemas com criatividade, pensando numa Cidade mais criativa, Ver. Marcelo. Como nós poderíamos, com soluções cotidianas, envolver o povo a participar da Cidade. Nós pensávamos – e trouxemos a discussão para a cidade de Porto Alegre – sobre a importância de nós botar em discussão temas, como, por exemplo, qual é o papel do bairro Cidade Baixa, e como esse bairro deve ser compreendido pela Cidade. E esse é um tema no qual eu quero me debruçar e discutir com meus colegas um projeto que vamos apresentar para Cidade, especialmente para a Cidade Baixa.

Ao longo da minha vida tenho militado, desde os 15 anos, quando me filiei a um partido político, ao Partido dos Trabalhadores. E, nesse partido, eu percebi como eu tinha que desconstruir vários preconceitos meus, como era possível desconstruir o machismo que havia dentro de mim, como era possível desconstruir o racismo que existia dentro de mim, a homofobia, o preconceito às pessoas com deficiência. Então, eu me compreendi um militante, e um militante de direitos humanos.

Eu quero agradecer ao PT e aos meus companheiros, o Rodrigo Oliveira, que foi meu presidente municipal do PT, a formação que tive dentro do PT e a

compreensão de mundo. E lembro da gente caminhando nas ruas de Porto Alegre, viajando pelo Estado e pensando em como transformar a sociedade, como viver numa sociedade mais justa e igualitária. Esse é um processo que eu aprendi dentro do PT. Compreendo que outros partidos têm essa capacidade de trazer uma reflexão sobre o mundo e sobre as injustiças, mas eu agradeço, neste momento, em especial ao PT. Vejo aqui a minha companheira Bia Bruto, meu companheiro Cléo, o Nelson; e quero agradecer pela mais da metade da minha vida em que estive militando no PT.

Eu quero dizer, como militante do movimento dos direitos humanos, como neto de um perseguido político e assassinado pela ditadura militar, que não posso aceitar, de forma nenhuma, que alguém defenda uma ditadura que perseguiu e matou as pessoas. E aqui eu quero dizer aos Vereadores que não foram somente os comunistas que foram perseguidos. Aqueles que, por algum momento, não eram comunistas, mas resolveram enfrentar a ditadura foram perseguidos. Eu lembraria aqui da Zuzu Angel, uma mulher que não era comunista, ela só queria ter o direito de enterrar o seu filho e foi perseguida e assassinada pela ditadura militar.

Quero dizer que represento também o movimento LGBT. Muito me honra estar nesta tribuna representando meus companheiros e a luta à grande perseguição que estamos sofrendo neste momento. Para concluir, Vereador, neste momento, ao longo do último ano, desde que terminei a minha caminhada como candidato, junto com meu amigo Cesar Burigo, tive a feliz decisão de abrir um negócio na Cidade Baixa. Temos um bar, um *pub*, um café, um *coworking*, uma galeria de arte, um restaurante. Tenho enfrentado, Ver. Pujol, a dificuldade que é ter um empreendimento neste País, especialmente na cidade de Porto Alegre.

Quero dizer que também sou morador daquele bairro e falo com a legitimidade de quem empreende e mora na Cidade Baixa. Entendo que a cidade de Porto Alegre precisa olhar para ele como um bairro que tem uma capacidade econômica, de desenvolvimento pessoal, cultural e de direitos humanos tremenda. É de lá que sai a Parada LGBT; é lá onde é comemorado o Dia da Consciência Negra e é para lá onde as pessoas da Cidade inteira e do interior do Estado vão para se divertir, para interagir e para, junto com as outras pessoas, viver um processo de empatia, de troca, de experiências, de vivências. E naquele bairro não devem ser perseguidas as pessoas que estão lá trabalhando ou morando. É preciso que a gente tente, juntos, encontrar uma mediação capaz de permitir que aquele bairro gere emprego, renda e desenvolva o Município.

Hoje nós temos, na cidade de Porto Alegre, a chegada de centenas de turistas por dia, Ver. Marcelo, que descem no Aeroporto Salgado Filho e vão direto para Serra gaúcha. E nós, juntos, temos que pensar como garantir que esses turistas, dos sete dias que vêm para o Rio Grande do Sul, possam ficar um, dois, três dias, quem sabe, em Porto Alegre. O setor hoteleiro, as lavanderias, os restaurantes, os supermercados, toda a rede de comércio da Cidade Baixa e da Cidade sairão ganhando com isso. Quero agradecer a oportunidade de estar aqui na Câmara de Vereadores. Tomara que, nesta semana, consigamos fazer grandes discussões, começando hoje com a Lei Orçamentária, e que as pautas de direitos humanos e da Cidade Baixa estejam

reconhecidas no orçamento da cidade de Porto Alegre. Obrigado e um bom trabalho a todos nós hoje.

(Não revisado pelo orador.)

## VOTAÇÃO

(encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

**PROC. Nº 2745/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 024/17**, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2018.

### **Parecer:**

- da **CEFOP**. Relator Ver. João Carlos Nedel:

“01. Pela **APROVAÇÃO** do Projeto Original e da Mensagem Retificativa;

02. Pela **APROVAÇÃO**, sem alterações, das Emendas de números 08, 10, 12, 13, 14, 15, 38, 40, 41, 43, 62, 83, 84, 97, 134 e 146, mais as Emendas 148 e 149, de Relator;

03. Pela **REJEIÇÃO** das Emendas de números 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 09, 11, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145 e 147, mais a Subemenda nº 01 à Emenda nº 16, e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 19.”

### **Observações:**

- Com Emendas nºs 01 a 149, Subemendas nº 01 às Emendas nºs 16 e 19 e Mensagem Retificativa;

- para aprovação, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores – art. 53, “caput”, c/c art. 82, “caput”, da LOM;

- o Projeto será votado com as Emendas com Parecer pela aprovação, nos termos do art. 120, VI, do Regimento da CMPA;

- para a votação em separado de Emenda com Parecer pela aprovação ou rejeição, será necessário requerimento subscrito por um terço dos membros da Casa – art. 120, VI, do Regimento da CMPA;

- durante a Ordem do Dia não serão admitidas emendas (art. 120, § 2º, do Regimento);

- incluído na Ordem do Dia em 27-11-17.

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 024/17. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 024/17.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Bom dia a todos e a todas, quero cumprimentar especialmente o Thiago Braga que assume na manhã de hoje, mais um integrante da bancada de oposição na Câmara de Vereadores. Nós começamos a discussão do orçamento novamente. Na quarta-feira, antes do término da Sessão, a única emenda apreciada e corretamente aprovada pelo conjunto de Vereadores da Casa foi uma emenda que – assinada por vários parlamentares e comandada pelo Ver. João Bosco Vaz – destinava R\$ 1 milhão para o carnaval de Porto Alegre. Essa emenda é uma emenda popular, organizada justamente por algumas entidades do carnaval, que amplia um pouco esses recursos. Vocês sabem que o nosso orçamento tem a prerrogativa de abrir para que entidades façam emendas e propostas ao Parlamentares, o que é bastante democrático e pouco divulgado na cidade de Porto Alegre. Nós vamos votar, obviamente, a favor. Se compararmos, somando a emenda do Ver. João Bosco Vaz e esta emenda, não chega nem a 50% dos recursos que historicamente eram destinados à realização do carnaval, com todas as dificuldades que já vimos na realização do carnaval de Porto Alegre. Então, quero encaminhar favoravelmente à emenda, por mim, pelo Ver. Roberto Robaina e pelo conjunto da bancada do PSOL, e tenho convicção que da bancada da oposição também, na emenda do carnaval, de R\$ 2,39 milhões.

E quero aproveitar este tempo para falar da peça de ficções que foi enviada pelo Marchezan à Câmara de Vereadores – este debate é muito importante. Não peça de ficção superestimando rubricas a serem encaminhadas a cada uma das áreas e depois não se realizarem – que foi o que aconteceu em boa parte dos orçamentos nos últimos anos –, mas na quantidade de mentiras com relação a temas muito importantes do orçamento. O primeiro deles, o Governo segue falando em déficit, e o que temos, segundo o Portal Transparência, do que foi totalizado do orçamento e publicado pela Prefeitura, foi um superávit de R\$ 183 milhões no mês de agosto deste ano, mês inclusive que o Governo parcelou salários. Mais do que isso, mais uma vez, na peça orçamentária, Marchezan mente, dizendo que há 51% de comprometimento com a folha, quando o Tribunal de Contas do Estado deixa claro que não passa de 44%. O Governo aumenta o tamanho da dívida de Porto Alegre, e, de novo, é desmentido pelo Tribunal de Contas e pela oposição; diz que 18% das nossas receitas estão comprometidas com dívidas, e, na verdade, são 15,49%, pelo que os órgãos de controle têm apontado. O Governo disse que haverá um aumento de 11% com gasto de pessoal, mas ele congelou o salário, está tirando direitos, está fazendo uma devastação nos direitos do funcionalismo. Mesmo que houvesse um aumento vegetativo da folha – o que sempre há em função das progressões –, não passa de 3%, e o Governo diz que será de 11%, superestimando em R\$ 120 milhões o gasto com a folha. E por que o Marchezan faz isso? Para justificar um projeto privatista, de desmonte dos serviços públicos; faz isso para dizer que não tem dinheiro para chamar os concursados da Guarda, mas vai ter a emenda dos Vereadores Robaina e Carús para destinar recursos, sim, para chamar os concursados da Guarda. O Marchezan faz para tirar dinheiro do carnaval de Porto Alegre, dizendo que não tem dinheiro para a cultura popular; faz para dizer que não tem dinheiro para os direitos humanos, e está acabando com as políticas

de proteção às mulheres, de defesa dos LGBTs, de combate ao racismo. Nós tivemos, agora, a primeira parada...

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Tem outra do Ver. Valter Nagelstein, corrijo na tribuna. São duas emendas: uma do Ver. Carús e do Nagelstein; outra do Roberto e do Carús, agradeço a correção do colega Parlamentar. Pela primeira vez, a Parada Livre não recebeu um centavo de recursos públicos, um evento fundamental no combate à intolerância e ao preconceito. Ele faz isso para dizer que não tem recursos, para mentir, porque os órgãos oficiais de controle estão dizendo que o Governo está superestimando o déficit, para explicar por que a Cidade está um caos, por que ele não tem sequer uma base aliada, por que a Cidade está colapsando. Mas eu tenho a convicção que nós temos a possibilidade de dar uma resposta, Parlamentares da cidade de Porto Alegre. Primeiro, este Orçamento, que destina poucos recursos para a cultura, para as áreas sociais; segundo, há uma relatoria que veta a maior parte das emendas e aprova só as suas. É preciso dar um basta, é preciso ter independência, é preciso aprovar as emendas do povo e derrotar a política do Marchezan.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 024/17.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Quero cumprimentar o nosso novo Vereador, Ver. Thiago, que traz toda uma história de luta pelos direitos humanos. Para nós é simbólico a nossa bancada ser substituída por um militante nessa área, como fizemos em março, na Semana da Mulher; em agosto, com a juventude e, em novembro, com negros e negras. Agora tu és símbolo de outra pauta fundamental que o Partido dos Trabalhadores assume, luta e tem no seu DNA, que é a pauta dos direitos humanos. Nós estamos muito orgulhosos deste ano ter sido marcado com a presença de valorosos companheiros e companheiras que assumem essas pautas tão atuais e tão atacadas por esse movimento conservador, que está aliado ao Estado mínimo, a este momento de golpe, a este momento em que a democracia está fortemente em perigo, em risco. Ontem, eu passava pelo Parcão – e não deixa de ter razão o Ver. Dr. Thiago, quando diz que tem gente pedindo a volta da ditadura militar inconsciente do que significa isso –, e tinha lá um grupo com faixas. Eu fiquei chocada, acabou com meu dia, porque nós sabemos a história de tantos jovens artistas que tiveram que se exilar, que sofreram violências brutais, que morreram por esta querida democracia que nós temos que aprofundar, e nenhuma saída pode passar por autoritarismo ou substituição das instâncias democráticas pelas armas ou pela força, como este País já viveu. Então repudiamos veementemente esses movimentos de volta de ditadura.

Sobre o Orçamento da Prefeitura de Porto Alegre. Esse tema do carnaval é simbólico para nós, porque significa investimento na cultura popular, na cultura que o nosso povo, na periferia, constrói no seu cotidiano, sem recursos, buscando organizar espaços de vida, de alegria, de projeto, de cultura, de trabalho para meninos e meninas, para jovens, para as famílias, e para terem o seu momento de entretenimento também. E o Prefeito não está preocupado com a cultura popular, com a vontade da população; ele deixou claro que as reformas que ele considera tão necessárias serão feitas pela elite da mídia, pela elite empresarial e por uma elite política, e não pelo Seu João e pela Dona Maria. E essa emenda do carnaval e várias emendas que nós fizemos aqui são pelo Seu João e pela Dona Maria, moradores de Porto Alegre que estão convivendo com a falta de políticas públicas, com a redução de merenda, de alimentação escola – eu recebi uma mensagem, nesse fim de semana, dizendo que as creches comunitárias estão servindo polenta, porque não têm alimento, porque este Governo sequer repassa os recursos do Programa de Alimentação – PNAE. E eu digo, senhores, que ele governa pela elite, por isso nós colocamos emendas pela população, porque ele afirmou, numa das suas falas públicas, que o seu maior erro neste ano foi não ter convencido a elite de Porto Alegre de que a Prefeitura está quebrada. Olhem, Vereadores, não ter convencido a elite de Porto Alegre de que a Prefeitura está quebrada! Vejam bem! E nós sabemos que ele só tem preocupação em governar com a elite, o que é lamentável, o que é profundamente repudiável, porque um governo, diante do Estado, gerenciando o que é público, o que é de todos, tem que ter prioridade para a população mais pobre desta Cidade. Tem que ter a prioridade, sim, para quem precisa da política pública e não será a elite – muito menos da mídia, muito menos política e muito menos empresarial – que vai saber onde dói a dor e a necessidade do povo pobre desta Cidade.

Portanto, espero que a gente possa votar, no dia de hoje, pelo povo que precisa na contramão da lógica que o Prefeito Municipal tenta impor na nossa Cidade, que é equivocada e que coloca para a Cidade um destino muito triste: uma cidade esburacada, cheia de mato, violenta, sem cultura proporcionada pela sua gestão. Então que este orçamento responda, mais uma vez, a esse Prefeito, que não entendeu o que ele está fazendo na cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 024/17.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo, na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, senhoras e senhores; venho a esta tribuna também com o objetivo de defender a emenda, mas, primeiramente, também com foco na minha justificativa, porque, na semana passada, eu não estava aí quando foi votada a emenda do Ver. João Bosco Vaz, que destinava R\$ 1 milhão ao carnaval. E quero aqui reiterar o meu compromisso com o carnaval. Estava numa representação externa participando de uma

atividade classista representando a Câmara. E a gente vem acompanhando todas as dificuldades financeiras que tem sido justificada pelos nossos gestores e que tem atingido sobremaneira o carnaval. E a cultura carnavalesca de Porto Alegre tem um simbolismo muito importante, ela foi muito prejudicada no ano passado e nós precisamos colocar de volta na agenda prioritária de Porto Alegre o carnaval, a sua inserção social, a construção de um trabalho que vem desde a formação das costureiras, da cultura carnavalesca, da dança, da inclusão social através do carnaval, da inclusão social através da cultura. Então, faço aqui essa consideração em nome do nosso Partido, do PDT, o Ver. Mauro Zacher também pediu que reiterasse o compromisso dele e estará votando conosco favoravelmente a esta emenda, que é uma emenda construída a partir da iniciativa popular, são mais R\$ 2 milhões destinados ao carnaval. E eu acredito que nós vamos fazer todo o esforço possível, a Câmara Municipal, o Poder Legislativo, para garantir a cultura carnavalesca, a pujança, a presença do carnaval com altivez. Nós já tivemos vários investimentos no Porto Seco. E quero dizer que efetivamente nós estaremos votando favoravelmente a esta emenda, nós estaremos votando a favor da cultura, do carnaval, da reafirmação do trabalho que é feito pelas escolas de samba do carnaval, a sua tradição – são muitos anos de tradição. Eu peço também uma atenção especial do Governo no sentido de nós apararmos algumas arestas que estão inclusive prejudicando ensaios, fechando escolas. Existe um ranço injustificado contra o carnaval, que não deveria estar encontrando guarida, relações que dizem respeito ao Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndio – PPCI. Uma escola de samba praticamente não tem como pegar fogo, porque são quatro paredes de concreto e um telhado. Então, eu acho que é muito importante que nós possamos fazer essa reflexão, reiterar o nosso compromisso com o carnaval e estarmos, sim, votando a favor da cultura popular, das escolas de samba que compõe o grupo especial, série ouro, série prata, todos aqueles que se envolvem, de um jeito ou de outro, com a cultura carnavalesca, gerando emprego e renda para Porto Alegre, muitas vezes, bebendo a sabedoria do carnaval do Rio de Janeiro, mas aqui fazendo uma festa maravilhosa. Então, agradeço a atenção de todos e reitero e reafirmo o nosso compromisso em votar favoravelmente à emenda. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 024/17.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, gostaria de lembrar aos Srs. Vereadores que a reserva de contingência tem um limite legal. Já foi aprovada a Emenda nº 01, no valor de R\$ 1 milhão, retirada da reserva de contingência. Esta emenda no valor de R\$ 2 milhões, aproximadamente, ultrapassa violentamente o limite da reserva de contingência, portanto ela não deve ser aprovada porque nós vamos instituir uma ilegalidade. Eu tenho certeza que os

Vereadores terão a sua responsabilidade para que não possamos aprovar ilegalidades nesta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 024/17.

**O SR. FELIPE CAMOZZATO:** Bom dia, colegas. Já dizia o pensador, filósofo e economista, Frédéric Bastiat: “O Estado é a grande ficção através da qual todos querem viver às custas de todos”. Nós temos que falar em prioridades. Quando falamos em destinação de mais recursos para o carnaval, lembrando que já foi aprovado R\$ 1 milhão na emenda do Ver. João Bosco Vaz, nós estamos falando, necessariamente, de dinheiro que vai deixar de ser alocado, seja para reduzir déficit, que, conseqüentemente, também será dinheiro a menos para educação, saúde, segurança. Então, temos que falar de prioridades e tratar dessa questão financeiro-orçamentária de maneira séria, comprometida com a responsabilidade fiscal. Ficar destinando mais recursos ao carnaval me parece que é uma forma bastante ineficaz e irresponsável de se resolver um problema orçamentário-financeiro como temos em Porto Alegre. Eu gostaria de estar discutindo muito mais se os recursos destinados à educação, à segurança e à saúde estão bem aplicados e bem direcionados e em montante suficiente para tal, do que falando em destinação de recursos públicos para uma festa, que este ano provou ser capaz de fazer uma grande festa. E aí parabéns a todos os organizadores e as entidades carnavalescas, que conseguiram fazer uma grande festa sem recursos públicos. Mais recentemente, tivemos aí a Parada Livre que também fez uma grande festa. Parabéns aos organizadores, que conseguiram fazer uma grande festa sem a utilização dos recursos públicos.

Obviamente que o uso de recursos públicos torna mais fácil a organização desses eventos, mas nós temos que ter em mente que existe um custo ao fazer isso. E o custo é estar tirando dinheiro de áreas que podem ser mais prioritárias, como na minha opinião é educação, saúde e segurança, para destinar a festividades. Dessa forma, eu me oponho a essa emenda e encaminho pela sua rejeição.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 024/17.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo, Srs. Vereadores, eu só quero dizer que eu e o Ver. Mendes Ribeiro, da bancada do PMDB, vamos votar contra esta emenda. Eu explico por quê. Porque nós já votamos

favoravelmente à emenda do Ver. João Bosco Vaz, que destina R\$ 1 milhão, e já votamos favoravelmente também ao projeto de lei apreciado aqui na última Sessão, aumentando o número de ensaios que as escolas podem fazer, exatamente com o intuito de permitir que as escolas tenham mais renda para poder fazer frente às despesas do carnaval. Dito isso, mais uma vez, em meu nome e no do Ver. Mendes Ribeiro, quero dizer que vamos votar contra.

Só quero pautar aqui, Ver. Camozzato, com todo o respeito que o senhor merece, sabe disso, é uma pequena diferença ideológica que nós temos, embora eu seja aqui um absoluto defensor da iniciativa privada e da liberdade de mercado. Mas eu acredito que essa liberdade não é um valor em si próprio e nem um fim em si, essa liberdade está condicionada ao atingimento de objetivos e de bens comuns. O melhor desses bens seria uma melhor distribuição de renda e uma sociedade mais justa. E para que isso aconteça, eu não sou daqueles que acredita no, *laissez-faire*, *laissez-passer*, que o mercado pode tudo, porque como o próprio Adam Smith já dizia, Ver. Mauro Zacher, a tendência natural do capital é o ganho de escala. E se a tendência natural é o ganho de escala, a tendência natural é a criação de monopólios e oligopólios. Portanto, para que se evite isso, é preciso, sim, o Estado. E essa é a função do Estado. E quero dizer que, às vezes, nas atividades culturais e também nas atividades econômicas é importante também o Estado, haja vista, por exemplo, os fenômenos recentes do século XX, que a humanidade só superou as feridas da Segunda Guerra Mundial, no aspecto econômico, quando se aplicou na Europa o Plano Marshall, que não foi o mercado por si só, se não as iniciativas estatais de planejamento e investimento que abriram frente de trabalho e fizeram com que o dinheiro voltasse a circular. Da mesma forma, nos Estados Unidos, pós-crise da Bolsa de Valores, em 1929, foram as frentes de trabalho e os maciços investimentos públicos que fizeram com que a economia voltasse a circular. Qual economia? A economia privada. Portanto, eu, particularmente, defendo a economia privada, defendo o máximo de liberdade, mas condicionada a essas questões. O fenômeno mais recente foi o do *subprime*, nos Estados Unidos, há poucos anos. Quando a economia americana estava à beira do colapso, com a quebra de grandes empresas financeiras, foi o Tesouro americano que foi lá, portanto, foram recursos públicos que foram alocados lá para evitar que o sistema colapsasse e que a engrenagem voltasse a funcionar. Eu não estou nem do lado dos argumentos da Ver.<sup>a</sup> Sofia, que faz sempre esse discurso de nós contra eles, contra ou a favor dos ricos e dos pobres, porque eu acho que isso não se sustenta, mas também não estou ao lado daqueles que dizem que não tem que haver papel do Estado. Eu estou no caminho do meio, porque eu acho, com o devido respeito a todos, que é o caminho mais virtuoso que existe. É o caminho de compreender que o privado tem um papel predominante e fundamental de geração de emprego, de desenvolvimento, de riqueza e ele precisa de respeito e de liberdade. Mas também tem que haver o espaço do público para que ele possa fazer o seu trabalho, lutando contra também o monopólio público, contra os privilégios do serviço público, pois é a melhor forma de nós desenvolvermos. Quanto à emenda, Sr. Presidente, quero dizer que nós vamos votar contrariamente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 024/17.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vou ser breve. Primeiro eu quero cumprimentar o Ver. Pujol, que foi pé-quento para o Grêmio. Quero dizer que a Emenda do Ver. Bosco, que nós votamos na quarta-feira, eu votei “sim”, é uma emenda humilde, porque o carnaval não pode parar, como eu falei aqui naquele dia com o pessoal do carnaval nas galerias. Eu sempre sou a favor da educação, do esporte, da cultura. Essa é a minha bandeira, o meu mundo. Sobre essa emenda popular, é uma emenda boa, mas, como o País e a cidade de Porto Alegre estão pensando, nós temos que ter bastante responsabilidade para conduzir a nossa Cidade para o melhor, para o bem-estar de todo o povo de Porto Alegre. Para mim é muito difícil votar favoravelmente a esta emenda. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 04, destacada, ao PLE nº 024/17. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 14 votos **SIM** e 15 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 024/17. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 024/17.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Presidente, esta emenda é para a cultura, Vereadores e Vereadoras. É um valor para o Fundo Municipal de Fomento às Artes Cênicas, fundo criado por esta Casa. Muitos Vereadores estavam na construção deste importante instrumento de fomento às artes cênicas, a pesquisa continuada de teatro, dança e circo que compõem as artes cênicas e é o que possibilita, é um fundo direto, ao Governo, através de edital, garantir o funcionamento de nossos grupos de teatro, de dança e de circo. Quero dizer aos senhores que para o funcionamento neste ano não houve nenhum financiamento, zero financiamento via Fumproart, que é o outro fundo de fomento geral para as artes na cidade de Porto Alegre – nenhum! O Governo Marchezan muito resumidamente pagou alguma coisa de dívida do ano de 2014, não estou lembrando o valor, e sem fomento público – e aí fazendo a mediação, Valter, com a tua fala – é muito difícil a cultura se desenvolver na cidade de Porto Alegre, pois só os grupos já estabelecidos, com longa caminhada, é que conseguem realizar um trabalho de pesquisa para poder apresentar espetáculos. Olhem só o que está sendo a beleza do fomento das artes cênicas aqui na Casa, Ver. Cassio, acho que agora vai acontecer agora um dos últimos espetáculos no Teatro Glênio Peres... Então algum valor colocado na cultura gera centenas e centenas de possibilidades para as pessoas de fruição, Ver. Janta, que sei que admira a arte e compra belas esculturas do nosso amigo em comum, Mark, sei que tem sensibilidade para a importância da cultura, da simbologia, do símbolo da

vivência da cultura para a humanização. Então este valor é para artes cênicas, para o trabalho continuado dos nossos grupos de teatro, de dança e de circo, e é uma emenda articulada por várias entidades que devem vir à tarde, porque esse início de manhã nos pegou no contrapé e não foi possível articular uma presença aqui. Gostaríamos de pedir o apoio para reservar esses recursos para a cultura. E é para um fundo que esta Câmara criou, que infelizmente está completamente desidratado, sem nenhuma condição de financiar a arte nesta Cidade, e sem arte é a barbárie.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** Ver.<sup>a</sup> Sofia, só lembrando que a Sessão Extraordinária foi acertada na reunião de Líderes, na quinta-feira.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 05, destacada, ao PLE nº 024/17. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 18 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 06, destacada, ao PLE nº 024/17. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 07, destacada, ao PLE nº 024/17. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 09, destacada, ao PLE nº 024/17. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 09 votos **SIM** e 19 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 11, destacada, ao PLE nº 024/17. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 11, destacada, ao PLE nº 024/17.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Eu vou pedir aos senhores e às senhoras para ter uma atenção especial, porque esta emenda é para os artistas idosos. A Casa do Artista teve a doação não só da casa, há muitos anos, agora eu não lembro, mas em torno de 80 anos, como também de uma área no Cemitério São João. Nessa área, com pequenas emendas que a Câmara foi colocando no orçamento, foi sendo construído um mausoléu. Hoje já tem lá quatro ou cinco túmulos prontos, nós já temos artistas, como o Giba Giba, que a família não tinha nenhuma condição de comprar um lugar para enterrar, os seus restos mortais estão lá. Só que é um mausoléu que, para se completar, faltam alguns valores: dois ou três túmulos, e a obra de arte que foi desenvolvida pelo artista Vinícius Vieira. Ele desenhou o mausoléu com um aramado em cima muito bonito. É o que falta completar: dois ou três túmulos e a obra de arte. Vai ser um espaço de muita dignidade para os nossos artistas idosos que não puderam se prevenir, e as suas

famílias não podem lidar com a hora da morte, com os custos do enterro. Então, esse Mausoléu é da Casa do Artista e o Estatuto da Casa do Artista prevê que, numa hipótese de dissolução, volta tudo para o Poder Público, portanto, é o recurso para o Poder Público. Peço aos senhores e senhoras, em nome dos artistas... Não é uma emenda minha, mas uma emenda que o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul – SATED vêm trabalhando com muito rigor, ano a ano, tanto no Varandão Cultural como nesse Mausoléu, e têm atendido artistas, inclusive, que não moram na Casa do Artista, e que precisaram deles, como o Giba Giba. É um valor muito pequeno, e gostaria que esta Câmara marcasse no orçamento. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 11, destacada, ao PLE nº 024/17.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras e senhores, esta emenda que estamos tratando tem um valor baixo, mas uma repercussão interessante até pela história que vem se construindo aqui na Cidade, no Legislativo, através dos orçamentos anuais. Nós temos, sistematicamente, destinado recursos para o mausoléu ali no cemitério São João, portanto, eu acredito que é uma sinalização importante para a Cidade e é um valor que expressa uma pequena importância do orçamento, mas que traz, sim, a possibilidade de uma continuidade das ações que lá se desenvolvem. Portanto, a nossa pedida é votar favorável a esta emenda pelo que ela representa para a cidade de Porto Alegre. Um abraço e muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 11, destacada, ao PLE nº 024/17. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Em votação a Emenda nº 16, destacada, ao PLE nº 024/17. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLE nº 024/17, como autor.

**O SR. ANDRÉ CARÚS:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, na verdade essa é uma emenda que, pelo tema, pela sua relevância, precisa regimentalmente ter um autor, ou, neste caso, com a Subemenda nº 01 que apresentei em conjunto com V. Exa. Ver. Valter Nagelstein, que nos preside nesta manhã, ela

denota a necessidade que se tem de qualificar os quadros da Guarda Municipal. Preliminarmente, o relator, Ver. João Carlos Nedel, entendeu que não seria possível, então fizemos esse pedido de destaque. Nós temos um concurso realizado para a Guarda Municipal com 290 aprovados. Sabemos que o cobertor curto do orçamento público, neste momento, não permite que todos os 290 sejam chamados de imediato. Então, identificamos, na peça orçamentária enviada pelo Poder Executivo, não só a utilização de recursos destinados à Secretaria Municipal de Segurança, mas também a busca por recursos de autarquias, como DMLU, pois lá tinha previsão de recursos para nomeação de guardas que atuariam internamente no departamento. Nós entendemos que não há necessidade de os Guarda Municipais atuarem internamente em departamentos como o DMLU, o DEMHAB e o DMAE, porque a demanda externa é muito superior. Então, não há nenhuma afronta ou nenhuma impossibilidade legal de se destinar esses recursos tanto àqueles que já estão previstos para custeio da Secretaria Municipal de Segurança, como àqueles que nós tiramos da Administração Direta para finalidade de nomeação dos guardas municipais. Então, o nosso encaminhamento é para que os nossos colegas Vereadores e Vereadoras votem favoravelmente a esta emenda, porque os discursos de priorização da saúde, da segurança, da educação precisam se materializar na prática. E nós temos que ter a sinalização, de parte do Poder Executivo, de que há uma vontade política de nomeação dos guardas. Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, a senhora que é aqui a baluarte na defesa da segurança pública em todos os níveis. Nós precisamos ter o Poder Executivo, e não encontramos isso no Projeto de Lei Orçamentária para 2018. Por essa razão, apresentamos a emenda e a Subemenda nº 01 a Emenda nº 16. Aqui estão os representantes da comissão de aprovados do Concurso nº 542. Chega de nós tangenciarmos essa discussão, ou se tem recursos para nomeação dos guardas ou se diga, então, que não se quer nomear guardas, é simples, porque essa discussão tem sido feita desde o início do ano e nós não tivemos nenhuma resposta concreta por parte do Poder Executivo. Agora, na apreciação da Lei Orçamentária para 2018, é oportunidade que o Governo tem de responder à sociedade que acolhe essa emenda. E nós vamos aprovar em plenário e ela estando presente na execução orçamentária do ano que vem, tenho certeza que teremos mais 100 guardas municipais à disposição da segurança dos cidadãos de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLE nº 024/17.

**O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM:** Bom dia, Presidente Valter, colegas e todos que nos acompanham. Bom, gente, em primeiro lugar vamos ser práticos: nós gostaríamos de ter recursos financeiros para fazer tudo o que há de benéfico para cidade de Porto Alegre. A Guarda Municipal é extremamente importante, temos projetos que precisam ser aprovados, da ampliação da competência da Guarda

Municipal, que englobam o pacote da Lei Antivandalismo, existem projetos importantes nessa área. Mas eu gostaria de ressaltar que o Governo pede um pouco de atenção nessa pauta para que a gente possa entender por que nós vamos votar “não”. Porque, no somatório, nós vamos a 3 milhões, se não me engano, ou a 1 milhão de uma emenda, uma subemenda de 2 milhões. E as projeções das despesas de pessoal indicam atingimento do limite máximo, o que descumpre o art. 19 da Lei nº 101, da responsabilidade fiscal. E é importante dizer que prever a retirada de recursos para ser feito isso, Presidente, a retirada de recursos da capacitação e do equipamento da própria Guarda Municipal, inviabiliza, na realidade, um trabalho e um projeto que vem sendo feito para a Guarda Municipal. Então, nós gostaríamos, repito, de ter recursos financeiros para atender tudo, mas como disse aqui o Vereador que me antecedeu, é importante que a gente tenha consciência, e eu só vou pegar essa frase. Infelizmente nós não somos uma ilha, Porto Alegre não é diferente do Estado do Rio Grande do Sul, também não é diferente do País. O cobertor é curto, e não temos como atender. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Obrigado, Ver. Moisés. A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLE nº 024/17.

**A SRA. COMANDANTE NÁDIA:** Obrigada, Presidente Valter Nagelstein, em seu nome eu cumprimento os colegas Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste. É interessante lembrarmos que o governante, diante do cobertor curto, deve fazer opções, e a nossa opção da Bancada do PMDB, do Ver. Valter, do Ver. Idenir, do Ver. Carús, que apresenta esta emenda, do Ver. Mendes Ribeiro, é sempre a segurança. A segurança está em primeira questão de prioridade sempre, tanto para o PMDB e, tenho certeza, para os Vereadores que aqui estão. A sociedade clama por mais segurança, vemos nos noticiários todos os dias, mortes, vandalismo, furtos, roubos num crescente, em que a Brigada Militar está fazendo o seu máximo, a Polícia Civil está dando o seu máximo, e nós precisamos, sim, da Guarda Municipal qualificada, mais fortificada, e chamar esses concursados da Guarda Municipal demonstra uma sinalização do Governo em atender à demanda primeira dos porto-alegrenses, que é a segurança pública. Segurança está em todos os lugares, já dizia Maslow, que, depois das necessidades básicas de saúde, de alimentação, de sono, de descanso, é a segurança que as pessoas necessitam num segundo instante. A despeito de que o Governador Sartori está fazendo todo um esforço dentro do Estado, no meio desta crise econômica, ele zerou o banco de concursados. Está chamando, sim, os soldados para fazerem o curso de capacitação para termos no Estado do Rio Grande do Sul mais soldados para a segurança pública.

Então, da mesma sorte, pedimos, sim, que o Prefeito Municipal também zere o banco de concursados da Guarda Municipal. Sabemos de toda a crise econômica

que temos, mas exigimos que seja olhada, com muito carinho, a segurança pública. A vida não tem preço. O valor da chamada dos novos guardas municipais é de R\$ 2,2 milhões. O que são R\$ 2,2 milhões diante da vida de 1,5 milhão de porto-alegrenses? Nós queremos, sim, segurança em primeira instância. Ver. André Carús, tenha em nós o “sim” para a sua emenda. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Registro as presenças do Sr. Gilberto Kemer, Presidente da Associação de Cegos do Rio Grande do Sul – ACERGS, e do Sr. Jaime, Diretor da ACERGS, sejam muito bem-vindos a esta Casa. Quando fui Secretário da Indústria e do Comércio, eu tive uma parceria importante no nosso camelódromo com vários cegos permissionários de lojas. A Cidade tem um déficit com relação aos nossos cegos na questão dos obstáculos nas calçadas, no mobiliário urbano desuniformizado, nos buracos, na má qualidade da manutenção dos nossos passeios públicos, e é muito importante nós olharmos para essas questões aqui. E que bom que os senhores estão aqui para acompanhar a votação do nosso orçamento, acompanhados lá do nosso Ver. Aldacir Oliboni, sejam muito bem-vindos e muito obrigado.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLE nº 024/17.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, bom dia a todos a todas. Eu quero aqui fazer uma pequena exposição e apresentação sobre a emenda que prevê a contratação dos guardas municipais. E vejo a importância da emenda não como um fato em si, mas pelo que vem acontecendo na cidade de Porto Alegre, no Estado e nas outras cidades brasileiras, a insegurança é total. E a Guarda Municipal quando foi formada, instituída, prevista lá em Brasília, vinha na ideia da segurança dos próprios públicos municipais. Ou seja, a sua atividade era única e exclusivamente olhar para os, entre aspas, locais públicos: prédios, escolas, praças e assim por diante. Hoje, mudaram as coisas e mudou a lei, e está se atribuindo à Guarda também, dentro daqueles próprios municipais, a possibilidade de zelar pela segurança das pessoas que ali estão.

Há hoje uma importância ainda maior para a Guarda nas cidades brasileiras e, em essencial, nos momentos que estamos vivendo. Portanto, nós precisamos de uma atenção toda especial nesse caso. Eu concordo com o Ver. Carús quando ele diz que essa questão da Guarda vem há muito tempo, porque faz anos que se está propondo, dizendo que, sim, há possibilidade, que se nomearia e, até agora, não se nomeou ninguém.

Eu trabalhei com concurso público durante 30 anos. Eu acredito que toda a vez que acontece um concurso público, salvo se houver um acontecimento da maior monta, necessariamente aquele número de vagas estipuladas no edital deve ser preenchido. Isso para respeitar aqueles homens e mulheres, normalmente jovens, que se dedicam ao concurso, dispensam tempo, dinheiro, estudo, fazem concurso, são

aprovados e, depois, sem nenhuma razão, não são nomeados. E eu não estou dizendo que a questão é deste Governo, estou falando também do Governo passado, principalmente, inclusive eu era o Líder do Governo, outros também, mas tratei, diversas vezes, sobre a necessidade da nomeação. Portanto, votar favorável à emenda é uma sinalização de que nós, aqui na Câmara de Vereadores, estamos cobrando há muito tempo e queremos ver nomeado esse número de aprovados que está previsto no edital. Eu vou votar “sim”. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLE nº 024/17.

**O SR. ROBERTO ROBAINA:** Bom dia, Vereadores, Vereadoras, nós estamos num debate importante que define prioridades. A emenda do Ver. Carús e as subemendas que foram feitas são emendas que demonstram uma escolha correta de prioridades. Eu mesmo tenho uma emenda com o mesmo objeto, a diferença é nos valores e nos locais das rubricas onde nós vamos buscar esses valores. É útil, inclusive, para que o Governo possa escolher e realmente priorizar a segurança pública. Porque o Ver. Moisés dizia que o Governo tem que ter atenção, responsabilidade, mas, Ver. Moisés, o Prefeito Marchezan se elegeu com essa promessa. O chamamento aos concursados foi promessa de campanha explícita do Prefeito Marchezan. Então não é possível que, no seu primeiro orçamento, o Governo não cumpra com essa promessa básica que é uma promessa que diz respeito a melhorar a segurança pública com a contratação dos concursados, dos 90 guardas municipais, que podem ajudar a melhorar a segurança da Cidade. A emenda do Carús tem esse objetivo, e nós acreditamos que é muito importante.

Nós vamos oferecer ao Governo opções para poder, no caso, definir qual vai ser a origem dos recursos. O Carús, pelo que estudei da sua emenda, define uma parte para readequação dos gastos da própria segurança pública e uma outra parte ligada a recursos que estão destinados, no plano do Governo, ao DMLU.

Eu, na emenda que apresentei, retirei uma parte dos recursos do Programa Especial de Outorga de Ativos, que é um programa que, na verdade, tem um plano de organizar as privatizações na cidade de Porto Alegre. Eu creio que o Governo vai poder, portanto, escolher de onde ter os recursos para realmente priorizar a segurança pública. O que não pode é simplesmente congelar os gastos em segurança pública; o que não pode é desrespeitar aqueles que fizeram um concurso público para a Guarda Municipal, se empenharam e estão – isso vale a pena assinalar, Vereadores e Vereadoras – organizados desde o início do ano. Eu creio que é um grupo que tem uma consciência coletiva muito forte. Portanto, se eles forem chamados, eu tenho certeza de que vão mostrar toda essa capacidade de trabalho, essa organização que tiveram ao longo deste ano. Eu sei que tem o Nei – não é só o Nei, mas eu o saúdo e todos os concursados da

Guarda Municipal, que estão se empenhando muito, e eu acho que este empenho deles para ver uma emenda como esta aprovada é a demonstração de que estão com um nível de interesse para trabalhar na Guarda Municipal enorme, e é para isso que se preparam. São colegas, são trabalhadores que se preparam durante anos para exercer esta função, e estão há um ano batalhando para serem chamados. Eles não estão pedindo favor; eles estão pedindo que se cumpra a lei. Foi feito um concurso, não é possível que um governo que prometeu que ia priorizar a segurança pública, na hora em que a prioridade deve ser demonstrada, dê as costas para aqueles que querem melhorar a segurança pública da Cidade. Por isso é que é muito importante a aprovação da emenda do André Carús. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLE nº 024/17.

**O SR. FELIPE CAMOZZATO:** Bom dia. Quando nós falamos sobre as razões da existência e formação dos Estados, uma delas, senão a principal, é a segurança dos seus cidadãos. Quando nós apreciamos uma peça orçamentária, seja no Município, seja no Estado, seja no Governo Federal, talvez não exista questão mais importante para ser apreciada do que o orçamento destinado à segurança pública. Afinal de contas, sem segurança pública, sem o efetivo contingente de servidores podendo garantir a nossa liberdade de ir e vir, o nosso direito à vida, à propriedade, nós não temos como ter uma sociedade desenvolvida, plenamente organizada e que se desenvolva. Diante disso, eu acredito que a nomeação dos servidores da Guarda Municipal, uma maior autonomia para a Guarda Municipal, um crescimento de investimento na Guarda Municipal são questões essenciais para o desenvolvimento da cidade de Porto Alegre. Aliás, essa sim é uma prioridade que deveria estar sendo debatida com profundidade, muito mais do que, na minha opinião, a gente estar destinando recursos para áreas secundárias em prioridade, como é o caso do carnaval, que também tem sua importância, mas acho que segurança vem em primeiro lugar. Por isso encaminho, sim, meu voto pela aprovação desta emenda e espero não só que a nomeação dos guardas municipais ocorra e continuemos reforçando a Guarda Municipal de Porto Alegre, como também as duas emendas de minha autoria – 108 e 109 – irão possibilitar recursos para que haja capacitação e equipamentos para a Guarda Municipal, complementando o seu orçamento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLE nº 024/17.

**O SR. DR. THIAGO:** Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein; quero fazer uma saudação muito fraterna, muito especial aos aprovados no concurso da Guarda que, organizadamente, vêm pleiteando esse processo de chamamento há mais de um ano. Quero dizer que a organização de vocês, a disciplina de vocês, o desejo de servir o público, a cidade de Porto Alegre, nós temos observado em cada ato dos quais vocês participam. Então, quero fazer uma saudação muito especial a vocês. E quero, não poderia ser diferente, na nossa bancada nós temos posições extremamente liberais, externar aqui o meu posicionamento que é ser favorável à emenda que destina recursos para o chamamento de guardas municipais. A saúde, a educação e a segurança, sem dúvida nenhuma, têm que ser priorizadas por todos os governos, elas são atividades essenciais do Estado. Portanto, em face do déficit de guardas municipais, em face das possibilidades que nós temos a cada momento desses guardas municipais poderem assumir uma posição de policiamento ostensivo, que vai além dos prédios públicos, dos próprios públicos municipais, em face da necessidade crescente em função do aumento substancial da criminalidade, nós precisamos fazer, Ver. Carús, todo o esforço coletivo, no sentido de chamarmos guardas municipais. Portanto me coloco à disposição, votarei, sim, favoravelmente, porque entendo que a atividade que vocês exercem é fundamental para o Poder Público, é fundamental para a população de Porto Alegre e diria mais ainda, é fundamental para a cidade de Porto Alegre em seu todo. Então, parabéns pela organização, pela disciplina e pela disposição de participar das ações, das reuniões deste Legislativo, mostrando, cada vez mais, a necessidade da presença de vocês enquanto servidores públicos municipais. E podem, sim, contar com a nossa participação, com o nosso voto pela essencialidade dos serviços que vocês exercem e que certamente vocês exercerão depois da sua entrada. Muito obrigado, Presidente, e contem com o nosso voto e com nosso apoio, mais do que nosso voto, com nosso apoio no sentido de aprovar a emenda. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo):** O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLE nº 024/17.

**O SR. JOSÉ FREITAS:** Presidente Valter Nagelstein, colegas Vereadores, público que nos assiste, quero cumprimentar os concursados que estão na luta há bastante tempo. Quando eu assumi a Secretaria Municipal de Segurança, já tinha um concurso vigente. Infelizmente aquele concurso expirou e não puderam ser chamados os concursados no Governo Fortunati. Sendo assim, encaminhei esse novo concurso que está vigente. Só espero que este Governo não deixe expirar esse concurso sem fazer o chamamento desses guardas que se prepararam para isso. O noticiário de todos os dias, em todos os jornais, em todos os veículos de comunicação, mostra o aumento da violência, e nós sabemos o quanto a Guarda Municipal tem contribuído para a segurança dos porto-alegrenses. Sabemos também o quanto as escolas municipais estão descobertas, sem guardas municipais. E quando se fala que a Guarda Municipal de

Porto Alegre tem 400, 500 guardas, isso na verdade é uma ilusão, porque se formos colocar na ponta do lápis, 50% da Guarda Municipal está com idade de pegar seu chapeuzinho, seu bonezinho e ir para casa, idade de se aposentar. Então se o Governo Marchezan, se o Prefeito Marchezan chamasse todos esses que passaram no concurso, seria pouco ainda. Então, por favor, Ver. Moisés, por favor, Prefeito Marchezan, façam das tripas coração para chamar esses concursados. Não sei onde iremos parar se não chamar esses concursados. Ver. Nedel, temos que chamar esses concursados. Não sei se serão 10, 20 ou 30, porque o concurso previa somente 10, nós colocamos dez para colocar um número, pois se colocado 100, teríamos que chamar os 100, mas tem que começar a chamar esses concursados, porque a nossa Capital merece mais segurança. Um abraço a todos. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLE nº 024/17.

**O SR. JOÃO CARLOS NEDEL:** Ilustre Presidente, Ver. Valter Nagelstein, Vereadores e Vereadoras, não resta dúvida que a Emenda do Ver. Carús é importante, é meritória, sim, é meritória. Nós precisamos realmente focar em segurança. O problema é que a emenda estipula um valor que não é suficiente para chamar todos os concursados, e essa emenda vai colaborar pra que as despesas com pessoal atinjam o seu limite máximo, o que descumpre o art. 19, da Lei nº 101, que diz claramente para os fins no disposto no artigo tal: “As despesas total com pessoal, em cada período de apuração, em cada Ente da Federação não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, que aqui discrimina.” E ainda sobre esse percentual, nós temos uma dúvida importante, o Tribunal de Contas do Estado estipula um limite; a Secretaria do Tesouro Nacional estipula uma outra forma de elaboração desse limite. Nós tivemos, estamos tendo, o caso do Estado do Rio Grande do Sul, que encaminhou ao Governo Federal uma possibilidade de reverter esse quadro difícil pelo qual o Estado está passando. E a Secretaria do Tesouro Nacional foi clara: negou, porque o Estado está próximo de atingir o limite geral de despesas com pessoal. E essa emenda, ela colabora para atingir esse limite, isso é muito claro. O artigo 33 da Lei nº 4.320 diz também que, além de atingir o limite, nós não podemos retirar valores das despesas de custeio, e o Ver. Carús, na emenda, retira recursos da própria Guarda Municipal na área de capacitação e na área de equipamentos, tornando difícil o funcionamento da Guarda Municipal, levando esses recursos para a área de pessoal. Então, nós não aprovamos esta emenda em virtude das dificuldades que ela causará para pagar o pessoal existente atualmente na Prefeitura. Sabemos que tem mérito, sim, porque a segurança é extremamente importante, mas nós devemos pensar nos 20 mil funcionários públicos que terão dificuldades para receber o seu salário, e se atingir o limite, há possibilidade inclusive de demissões, tanto nos cargos de confiança como, inclusive, em cargos de

funcionários concursados. Isso é lamentável, mas nós temos que ter essa responsabilidade prudencial.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Obrigado, Ver. Nedel. O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLE nº 024/17.

**O SR. PROFESSOR WAMBERT:** Sr. Presidente, colegas Vereadores, já comuniquei à liderança do Governo a minha objeção de consciência pelo compromisso histórico que eu tenho com a Guarda Municipal e por uma defesa que eu faço, e fiz em campanha, do municipalismo, por mim, deveria ter corpo de bombeiros municipal, polícia municipal; já tem, porque a Guarda Municipal o é, tem poder de polícia, tem seus limites, mas é uma polícia municipal, uma guarda civil. Então, diante desses compromissos históricos que eu tenho com os meus eleitores, com minhas promessas de campanha, eu vou votar favoravelmente à emenda de autoria do Ver. Carús, para que a gente possa ampliar. A gente sabe das dificuldades financeiras do Município, mas eu tenho que, pelo menos, ser coerente, e o meu eleitor tem que ter confiança em mim, na estabilidade dos meus propósitos e das minhas ideias. O maior patrimônio que um homem pode deixar para os seus filhos é a sua honra, e a sua honra está na sua palavra – não é, Ver. Bosco?

Quero registrar aqui e encaminhar o nosso voto, Sr. Presidente, favorável à emenda para que a gente possa ampliar esse efetivo da Guarda Municipal e dar segurança aos nossos cidadãos. Como o Ver. Camozzato falou muito bem, o Estado surge no século XVI. Aliás, um dos problemas do Estado é exatamente esse, Ver. Carús, o Estado surge no século XVI para dar segurança – primeira, essencial e primordial tarefa do Estado, é a natureza do Estado. Depois de alguns séculos, foram se agregando algumas outras, com o Welfare State, o Estado do bem-estar, que acrescentou a saúde e a educação. Para alguns teóricos, inclusive, isso é acessório, não seria tarefa do Estado, como é nos Estados Unidos da América, por exemplo, que é um país de natureza liberal. Então, se o Estado não cuida da segurança, é porque ele não existe, é porque ele é uma ficção, é porque ele é uma simulação. Então, em nome da segurança do cidadão de Porto Alegre, votarei favoravelmente à emenda. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Obrigado, Ver. Professor Wambert. A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLE nº 024/17.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Ver. Valter, acho que vários argumentos importantes já foram colocados aqui, mas eu quero acrescentar outro. O principal tema que tem sido argumentado pelo Governo, pelo Relator, que eu até entendo, Ver. Nedel, que fez um esforço para colher – colheu quatro emendas de minha autoria –, mas está muito cioso de que não há recursos. Eu tenho, inclusive, um artigo de jornal que diz que nem tudo está mal em Porto Alegre e que, do Refis, foram levantados R\$ 138 milhões este ano. Não tem nenhuma outra categoria, que eu tenha visto em todo esse tempo de Vereadora, que tenha lutado tão bravamente para entrar na Prefeitura de Porto Alegre. Eu tiro o meu chapéu para vocês por serem tão bravos, persistentes e por quererem tanto esse trabalho conquistado por concurso.

Quero trazer elementos para os Vereadores. Nós fomos comparar uma licitação feita pela Prefeitura contratando 376 vigilantes no valor de R\$ 29 milhões por 12 meses. Nós fizemos as contas do valor que eles estão pagando: R\$ 6.429,00 para a empresa que vai fornecer o vigilante. Se pegarmos o valor do salário básico de um guarda municipal, Padrão 6: R\$ 1.300,00, mais o risco de vida de R\$ 400,00, se for convocado para RTI de 40 horas, mais 50%, dá um total de R\$ 2.420,00. Se botar as custas trabalhistas, dará a metade do valor que a Prefeitura quer gastar com vigilante privado! Então tem dinheiro! Só que a escolha para o dinheiro é a privatização da segurança!

Essa emenda é para R\$ 29 milhões. Então quero parabenizar o Ver. Carús, o Ver. Valter, por encaminhá-la concretamente, porque é uma opção por qualificação. Por fazer de forma mais barata, com menos custo para a Prefeitura e com mais qualidade, porque é um cargo permanente, com formação permanente para compor a equipe. Então quero trazer elementos claros que dizem que quando o Governo escolhe errado, e a gente sabe o que significam esses contratos. Às vezes, não pagam, deixam os vigilantes na mão! Quantas greves de vigilantes já tivemos, porque não eram pagos? Além de tudo que já disse, de gastar mais que R\$ 29 milhões, ainda tem a descontinuidade do serviço, a não garantia de qualidade e de continuidade.

Então, nós vamos votar com convicção nessa emenda. Independentemente, inclusive, das nossas divergências, porque vejo que alguns Vereadores às vezes não apoiam as nossas emendas. Independentemente, porque acima de tudo está o interesse da Cidade, a segurança dos nossos cidadãos e do nosso serviço público. Parabéns pela luta de vocês! Vamos aprovar essa emenda!

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada ao PLE nº 024/17.

**O SR. MAURO ZACHER:** Bom dia, colegas Vereadores. Ver. Carús e Ver. Valter, eu quero, em nome do nosso Partido, dizer a V. Exas., e também aos nossos, quem sabe, futuros Guardas Municipais, que nós não temos como votar contra essa Emenda. Nós temos que votar a favor dessa Emenda. E não corro nenhum risco e

não tenho nenhum receio que o Governo, ou Vereadores da base, venham contrapor a nossa Emenda com um discurso da responsabilidade fiscal, do equilíbrio das contas, porque se tem um assunto, uma prioridade, uma necessidade na nossa Cidade, pelos indicadores, pela necessidade que as nossas escolas têm, pela sua importância e que poderia compor esse arcabouço que a gente sonha de segurança pública, é a Guarda Municipal.

Então, os recursos necessários aqui apontados, evidentemente, que nós poderíamos cortar de outras fontes já sugeridas pelos proponentes da Emenda. E eu quero reafirmar a nossa posição em contrário. Aliás, nós aqui, em vários momentos, nesta Casa, já questionamos números apresentados pelo Governo, e a transparência do Governo, quando trata as finanças públicas. Eu poderia lembrar aqui a inspeção especial do Tribunal de Contas, no que diz respeito ao parcelamento dos salários dos servidores com dinheiro em caixa. Há uma inspeção, porque não há, por parte do Governo, a clareza em relação ao fluxo de caixa e aos pagamentos. Quer dizer, nós temos a convicção, pelos números apresentados pelo Tribunal de Contas que havia dinheiro em caixa para pagar a folha, pagar os servidores, e o Governo maquiou. Assim, como nós trouxemos aqui, tivemos que fazer, jamais vista na história, uma acareação do Secretário da Fazenda atual, Ver.<sup>a</sup> Fernanda, com o Secretário da Fazenda da gestão anterior, porque o Governo, dizia, no início do mandato, da chegada deles, que nós tínhamos um endividamento superior ao do Governo do Estado, ou que já tínhamos ultrapassado os limites da responsabilidade fiscal com folha de pagamento. O que aconteceu? O Secretário da Fazenda, que me aparece, virá esta tarde, veio aqui e teve que dizer: “Não, é verdade. Nós usamos um outro cálculo e não ultrapassou os limites da responsabilidade”. Então, o que significa isso? Jogo de números. E, aliás, eu quero dizer que esse endividamento apresentado no orçamento tem que ser levado ao Tribunal de Contas para que seja auditado. Eu questiono esses números! Acho que o Governo está maquiando números – olhem o risco, olhem o disso. Eu desconfio que esses números aqui não são verdadeiros. E sabem por que disso? É para criar o apocalipse das contas públicas para que o Governo consiga, na sua política de retirar direitos dos servidores e principalmente no grande objetivo que está escrito no espelho do projeto do orçamento, a tentativa de fazer a atualização da planta de valores do IPTU que nada mais é, abocanhar do cidadão, milhões de reais para poder fazer caixa da Prefeitura e aumentar a sua arrecadação. Nós queremos, Ver. Valter, justiça social. Nós estamos aqui para debater isso, mas acima de tudo, é necessário transparência para que nós possamos enfrentar aqui o bom debate. E, por isso, vocês contem com o nosso apoio porque nós queremos, exigimos e trabalhamos a responsabilidade fiscal, mas quando se trata de prioridade, nós temos que fazer um esforço para encontrar dinheiro para poder garantir mais segurança ao povo de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Convido os líderes à Mesa.  
(Pausa.)

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 16, destacada, ao PLE nº 024/17.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, tenho escutado muitos argumentos sobre a questão de responsabilidade fiscal, mas queria fazer um raciocínio com os colegas Vereadores, a grande maioria vêm da iniciativa privada, a grande maioria trabalha na iniciativa privada. Queria perguntar aos colegas Vereadores, inclusive aos Vereadores que já foram gestores públicos, se uma empresa incluir no seu caixa o que ela recolhe de imposto de renda dos seus trabalhadores, o que ela recolhe de previdência dos seus trabalhadores, o que ela paga de previdência dos seus trabalhadores e principalmente o consignado, que é um acordo bancário que a empresa só faz no banco e ela é um simples passador, se ela incluir isso na sua despesa de caixa, se, no final do ano, ela apresentar para os seus diretores, para o seu conselho isso como sendo despesa líquida da empresa, qualquer conselho dirá que isso é uma fraude. Porque a empresa é simplesmente passadora desses recursos. Quem paga o imposto de renda é o trabalhador, quem paga a previdência é o trabalhador, quem paga o consignado é o trabalhador, ela só repassa. Então o Governo dizer que isso compromete a responsabilidade fiscal é sacanagem, isso é receita dos trabalhadores, isso é tentar maquiagem e tentar dizer que não tem dinheiro em caixa. Agora se o Governo diminuir os seus 835 CCs que tinha até o final do mês de outubro – no mês de novembro, deve ter passado de 900 CCs. Se o Governo acabar com essas empresas terceirizadas que estão atuando em todas as partes do Governo, ele poderá honrar os seus compromissos, poderá chamar os concursados da Guarda, poderá chamar os concursados da saúde e parar de terceirizar os serviços do Município de Porto Alegre.

Não pode, durante um processo eleitoral, fazer campanha e prometer as coisas. Hoje se fala muito na reforma da previdência, se fala muito na reforma trabalhista, mas as reformas que tinham que ser feitas neste Brasil não foram feitas, que é a reforma tributária, que é a reforma política. A reforma política não lá do voto em lista, não lá do voto que favorece os partidos e as cúpulas partidárias, mas uma reforma em que, para o que é prometido em campanha, seja garantido ao eleitor chegar lá na Justiça Eleitoral e dizer: “Esse não me representa, porque me prometeu, na eleição, que ia me dar segurança, que ia fazer o cercamento eletrônico da minha cidade, que ia ampliar a Guarda Municipal, que ia ampliar o atendimento na saúde até as 22 horas e não cumpriu”. Essa é a reforma política que as pessoas querem.

Essa emenda do Ver. Carús, do Ver. Valter Nagelstein é um compromisso de campanha que os Vereadores que estavam em outra chapa estão fazendo ser cumprida. Eu acho que receita tem, já que o Município só fez um redesenho de secretarias, mas mantém as estruturas, o Município mantém quase a mesma estrutura de CCs que tinha, o Município mantém as outras estruturas do Governo passado. Então, não tem por que não ampliar as estruturas que o povo precisa, principalmente, hoje em dia, na questão da segurança pública. Já foi dito que nós precisamos renovar a Guarda Municipal, e essa Guarda Municipal está ali, as pessoas fizeram concurso, concurso que

está quase vencendo. É necessário, e recursos a Prefeitura tem. O Ver. Carús achou esses recursos, e eles são recursos da própria Guarda Municipal, porque nada aconteceu nesses 11 meses e dois dias de Governo na área de segurança pública. Nada aconteceu, continua tudo igual, nada foi feito. Somente muita vontade do Secretário de Segurança e muita vontade dos agentes da Guarda Municipal, porque recursos aportados não houve nenhum, somente os recursos que já existiam. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein):** Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 16, destacada, ao PLE nº 024/17. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM** e 05 votos **NÃO**.

(O Ver. Cláudio Janta reassume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta):** Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 16 ao PLE nº 024/17. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADA** por 26 votos **SIM** e 04 votos **NÃO**.

Registro a presença do ex-Vereador, ex-Líder do Governo e ex-Secretário do Município de Porto Alegre, Kevin Krieger, nosso sempre Vereador e ex-Líder de Governo desta Casa. Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 12h23min.)

\* \* \* \* \*